

## JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES, O «LIBERALISTA» COLONIZADOR

Por Luís Alberto Marques Alves

«Não falta quem sustente que Portugal deve abandonar as suas colónias... Esta prática não se dirige tanto a consolar-nos das nossas perdas como a disfarçar a sua enormidade e a esconder o princípio criminoso de que procedem... *No mesmo momento em que Portugal perder as suas colónias, perderá tudo o que lhe resta da sua antiga representação e grandeza*»<sup>1</sup>.

José Acúrsio das Neves, tendo nascido em Portugal numa época onde se vislumbrava já os espectros duma revolução que demorará apenas meio século a aparecer, sofrerá as contradições e convulsões que a sociedade portuguesa irá experimentar durante este período<sup>2</sup>. Estudioso dessa mesma sociedade em que se encontrava, José Acúrsio das Neves verificou a impossibilidade dela se manter dentro das linhas que vinha trilhando. Embora por vezes contradizendo-se, procurou achar através do estudo e do conhecimento concreto da realidade, as directrizes que sobretudo a nossa economia devia seguir para se manter digna do «Império» que tinha conseguido durante os séculos anteriores. É precisamente neste ponto que Acúrsio das Neves vai ter necessidade de defender ou não a sua posição em relação aos nossos domínios ultramarinos.

Tendo vivido num período onde a depressão era a tônica da nossa economia, procurou mostrar que só o trabalho constituía a «Riqueza das Nações». Defensor dum liberalismo económico

---

<sup>1</sup> *Considerações Políticas e Commerciaes sobre os descobrimentos e possessões dos Portugueses na África e na Asia*. José Accursio das Neves. Lisboa — Impressão Régia — 1830, pág. 348.

<sup>2</sup> José Acúrsio das Neves nasceu em 1766 e morreu em 1834.

muito semelhante ao partilhado por Adam Smith ele apenas se poderá ligar a ele no conceito inicial de que toda a riqueza dum país deve-se mais à harmonia das diferentes actividades económicas — agricultura, comércio e indústria — do que à sobreposição de qualquer uma delas em relação à outra.

«O mal não está na saída do numerário ou nos saques de qualquer outra espécie para o estrangeiro; está nas fontes de produção, que é necessário melhorar, ou nos excessos de consumo, que convirá coibir, se forem supérfluos...»<sup>3</sup>.

Defensor duma reestruturação radical das nossas actividades produtivas ele dedicar-lhe-á, praticamente, quase toda a sua obra<sup>4</sup>. Não se poderá dizer que as suas posições serão as mais evidentes perante a nossa realidade, mas não o poderemos acusar de teoricista inconsequente visto que os cargos que ocupou antes e depois da revolução de 1820 possibilitaram-lhe um conhecimento concreto da nossa vida económica<sup>5</sup>.

Apesar de adepto dum tipo de economia liberal, isto é, de acordo com as directrizes do liberalismo económico de Smith, ele torna-se desacreditado dessa concepção quando defende que ele terá de ser adaptado em função das colónias que tínhamos e que não podíamos perder. Para isso ele recorrerá sistematicamente à necessidade de intervenção do poder absoluto, no qual crê, de

---

<sup>3</sup> *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos.* José Acúrcio das Neves. Lisboa, 1964, pág. 92.

NOTA — Trata-se duma exposição enviada por ele a «Sua Magestade» (D. João VI) e inserta neste livro.

<sup>4</sup> *Cartas de um Português a seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual.* Lisboa, 1822.

*Variedades sobre objectos relativos às Artes, Comercio e Manufacturas.* Lisboa, 1820.

*Memoria sobre os meios de melhorar...* Obra citada. Lisboa, 1820.

*Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a produção e Manufacturas de Sedas em Portugal.* Lisboa, 1827.

*Considerações Políticas e Commerciaes...* Obra citada. Lisboa, 1830.

<sup>5</sup> José Acúrcio das Neves foi nomeado em 1810 deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, deputado da direcção da Real Fábrica das Sedas e Obras das Águas Livres, tendo ainda desempenhado o cargo de desembargador da Relação do Porto. Demitido das suas funções em 1821 devido à sua opposição ao vintismo é reintegrado nelas após 1823.

tal modo que chega à adulação<sup>6</sup>, para que ele lance medidas proteccionistas, julgadas imprescindíveis para assegurar não só o ressurgir da economia como o tráfego com as nossas colónias:

«É necessário que Portugal conheça as vantagens que ainda tira do Brasil, e mais domínios ultramarinos...»<sup>7</sup>.

Dentro desta panorâmica ideológica facilmente seriam advinháveis contradições que nem a sua prática conseguiu iludir. Assim, enquanto podemos ver em Acúrsio das Neves um defensor acérrimo do valor do trabalho nacional e da conseqüente necessidade de investimento nas actividades económicas produtivas — agricultura e manufacturas —, devemos também observar a tendência absolutista do seu espírito político — não só quando defende que o rei é a única pessoa capaz de investir «sabiamente», como ainda quando o considera a única inteligência capaz de não permitir que os nossos territórios ultramarinos sejam desperdiçados para ir aumentar o poderio de um qualquer país europeu. Como tal tentaremos ver como o seu espírito colonizador se irá coadunar com o progressismo que economicamente tentava mostrar não apenas pela necessidade, que o chega a obsecar, de investimento, como ainda pelo proteccionismo que achava impossível deixar de existir se quermos conseguir o desenvolvimento económico e garantir um poder político forte.

## A) A SAUDADE DA MONARQUIA ABSOLUTA

Quando nos inícios do século XIX uma onda de liberalismo político se lança em direcção ao nosso país, uma nova maneira de conceber a nossa vida ficou em perspectiva. José Acúrsio das Neves, fruto ainda duma geração de tendência monarco-absolutista, dificilmente consegue deixar banhar-se por essa onda ideológico-

---

<sup>6</sup> «Que se tiraria, por exemplo de se proibir hoje (o que está bem longe da alta sabedoria, com que Vossa Majestade governa os seus estados) a saca da moeda de Portugal para o Brasil, ou para os portos da Ásia, que é para onde ela sai em maior quantidade?» in *Memória sobre os meios de melhorar...* Obra citada, pág. 93. «Vossa Majestade que não cede a algum dos outros Soberanos, nem no amor para com os seus povos, nem na sabedoria das suas determinações...» in *Idem, Ibidem*, pág. 94

<sup>7</sup> *Idem, Ibidem*, pág. 82.

-política e como tal em vão se tenta adaptar. Para além da sua declarada oposição ao regime vintista — que lhe valeu a expulsão de cargos onde se encontrava (ver nota 5) — ele tentará, através do lamúrio chamar a atenção dos habitantes para o plano descendente em que caminhavamos:

«Eu não posso resistir à minha dor, contemplando o quadro, em que vejo pintadas junto às desgraças públicas as minhas particulares, os ingratos fructos de um campo, que cultivei com tanto custo, e reguei com abundantes lágrimas!... Eu afasto os olhos deste triste quadro para os fixar somente no desmembramento da Monarquia...»<sup>8</sup>.

É evidente que o passo seguinte será a tentativa de denegrimto feita aos chefes dos partidos que provocaram esta situação, tão digna do nosso «choro absolutista»:

«...este resultado era fácil de prever logo que os chefes do partido dominante soltarão as redeas às paixões... e nos seus discursos, seus escriptos, nos emissarios que enviavão para as diferentes partes dos domínios portuguezes, tudo era calculado para fomentar em todos eles o espírito de independência...»<sup>9</sup>.

Desde já se pode observar que para ele a nova política é tanto mais odiosa quanto mais ela tenta fomentar o espírito de independência dos nossos «domínios», e por isso é impossível desligar em Acúrsio das Neves o seu espírito absolutista da sua «evidente necessidade dos domínios».

No entanto, não podemos apenas observar nele o político absoluto frustrado perante a revolução liberal de 1820, mas também ver que ele não passa dum saudosista da nossa opulência antiga, do tempo dos descobrimentos, «daqueles tempos ditosos» em que todos nos pagavam tributos. Senão vejamos a maneira como ele fala na sessão real da abertura das Cortes de 1828:

«Nenhuma das nações da Europa, excepto a Gram-Bretanha, possui tantos domínios ultramarinos como ainda restão á Coroa Portuguesa na Ásia, na África e nas Ilhas do

---

<sup>8</sup> *Considerações Políticas e Commerciaes...* Obra citada ,pág. 6.

<sup>9</sup> *Idem. Ibidem*, pág. 7.

Atlântico. Se pois o estado actual do mundo civilizado nos permite voltar áquelles tempos gloriosos, em que as nossas armas levavão o terror mais longe do que levavão as falanges da Macedónia, as legiões romanas, e os alfanges dos Arabes, áquelles tempos ditosos, em que as nossas frotas conduzião a Portugal o ouro tributário dos reis, e as riquezas da Ásia, da Africa, e da América, podemos ainda formar dos despojos daquelle Império hum reino florecente, que hombree com as nações mais opulentas»<sup>10</sup>.

No entanto a sua saudade pela monarquia imperial vai mais longe. Acúrsio das Neves não deixa que os portugueses se resignem a uma situação de estatismo, pois o perigo do momento devia ser afastado, o mais depressa possível. Assim ele incita mesmo à repulsa perante a situação actual chamando a atenção para os melhoramentos que a monarquia anterior aos acontecimentos vintistas tinha trazido à nossa economia:

«...quanto aos outros melhoramentos internos Vossa Majestade, e seus Augustos Progenitores, subindo à origem do mal, fizeram tanto favor da agricultura, das manufacturas, e do comércio, que Portugal parecia outro nos primeiros anos do presente século, comparado com o que foi nos principios, e pelo meio passado; mas tudo se aniquilou... ficando apenas um esqueleto, que é necessário vestir de novo...»<sup>11</sup>.

A política é, pois, para Acúrsio das Neves uma mola demasiado importante para nós podermos perceber a sua posição quer em relação ao liberalismo que pretendia para a economia portuguesa, quer em ordem às colónias. Se na economia ele defenderá uma política de tipo protecionista, em relação ao nosso Império a sua posição é duma política de tipo expansionista se possível, e à falta dessa, pelo menos, uma política de manutenção daquilo que ainda nos resta.

«Mas he tempo de deixarmos saudosas recordações que somente nos apresentão glorias, e fortunas que passarão, e fixarmos nossas vistas sobre o que nos resta das antigas possessões»<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> *Idem. Ibidem*, págs. 11 e 12.

<sup>11</sup> *Memória sobre os meios de melhorar...* Obra citada, pág. 93.

<sup>12</sup> *Considerações políticas e commerciaes...* Obra citada, pág. 54.

Portanto Acúrsio das Neves não é o político que a sua posição em relação à vontade de fazer progredir Portugal, poderia deixar antever através das datas de publicação das suas obras (1811, 1814, 1817, 1820, 1822, 1827 e 1830) mas sim o monarca-absolutista que tenta em vão adaptar-se à nova situação política (não só defende o prestígio dos reis através da recordação das suas glórias como atinge mesmo a adulação em relação a eles como pudemos ver na introdução).

B) «NECESSIDADE ECONÓMICA»  
EXPLICA O SEU COLONIALISMO?

«A nova ordem de cousas exige hum novo systema...<sup>13</sup>. De três cousas há-de acontecer huma. Ou o exausto Portugal ha-de continuar a arruinar-se para manter as suas colónias — o que não he admissível, nem poderia ter muita duração; ou ha-de abandonallas, para o que não estará, nem deve estar disposto; ou ha-de mudar de plano, pondo em prática todos os recursos da legislação, e da indústria para tirar dellas algum partido; e he isto o que aconselha a política»<sup>14</sup>.

Observando friamente este pequeno extracto poderíamos concluir que Acúrsio das Neves apenas tentava salvaguardar a independência económica portuguesa em virtude duma nova ordem internacional, fruto da concorrência que os produtos-chave do comércio dos últimos séculos sofreram por parte doutros países europeus, movidos também pelo vicentino «cheiro de canela». No entanto convém desde já notar que para ele essa recuperação económica não passa pelo abandono das colónias («...para o que não estará nem deve estar disposto...»). Mais; que entenderá, Acúrsio das Neves — advogado pela Universidade de Coimbra, por «todos os recursos da legislação... para tirar dellas algum partido...»? Será que Acúrsio das Neves apenas vê nos povos das colónias, pessoas que embora «cruéis e selvagens», poderão ser

---

<sup>13</sup> Refere-se ao fim da escravatura e à perda por parte de Portugal do monopólio de alguns produtos até aí, por si só, justificativos dum comércio produtivo — caso da pimenta, canela, anil ..

<sup>14</sup> *Considerações Políticas e commerciaes...* Obra citada, pág. 239.

facilmente manobradas pela política portuguesa que aí colocará os produtos excedentes do continente?

«Estes povos passam por crueis; mas elles tem tractado muito os Portugueses, não só em tempos antigos, mas também nos modernos; e não são difíceis de abrandar com bagatellas povos, cujos principes tão facilmente se adoçam com alguns frascos de agua-ardente, e com insignificantes trapos tirados do refugio das nossas fábricas...»<sup>15</sup>.

Esta sua posição poderá ainda ser reforçada quando Acúrsio das Neves ao referir o nosso comércio de vinho nos primeiros seis meses de 1820 — que foi de 13 505 — e no ano de 1819 — foi de 21 088 pipas — pergunta:

«...Mas aonde meteríamos nós estas vinte e tantas mil pipas, se por desgraça ficássemos separados dos nossos irmãos da América?»<sup>16</sup>.

Portanto, como facilmente podemos concluir por estes extractos, Acúrsio das Neves procura incentivar a necessidade das colónias mercê dos números que o nosso comércio com elas nos evidencia. Vemos pois que a nossa recuperação económica a nível continental, para Acúrsio das Neves, não poderá ser possível sem que os nossos mercados coloniais se mantenham.

Mas, apesar desta posição, Acúrsio das Neves não pode de maneira nenhuma desfazer-se e ignorar a realidade concreta que a revolução liberal de 1820 veio tornar possível. Um facto dessa realidade era a inevitável e irreversível independência do Brasil. Mas, mesmo frente a essa perda de uma colónia que se tornava impossível de deter, Acúrsio demonstra a sua posição de colonizador nato e irrecuperável. Quando não resta nada mais do que aceitar a realidade, Acúrsio das Neves tenta justificá-la e fá-lo sempre procurando demonstrar que ainda assim essas colónias poderão trazer amplos benefícios:

«O Brasil... quanto mais crescer mais vinho, e manufacturas consumirá, e maiores vantagens oferecerá a Portugal;

---

<sup>15</sup> *Idem. Ibidem*, págs. 156-157.

<sup>16</sup> *Memória sobre os meios de melhorar...* Obra citada, pág. 83.

contanto que os dois países permaneçam ligados entre si por meio de laços recíprocos debaixo de um Governo comum, justo e sábio...»<sup>17</sup>.

Além de chamar a atenção para estes benefícios que mesmo a independência nos traria, Acúrsio das Neves avança e arrisca-se a traçar directrizes que, mais do que o seu espírito resignado de colonialista em vias de frustração, reflecte o espírito de planeador duma economia que via afundar-se por as suas directrizes não poderem ser escrupulosamente cumpridas.

Diz-nos ele:

«Para estreitar mais os laços da união entre Portugal e Brasil, será preciso:

- 1.º) Chamar outra vez a Portugal... o comércio do Brasil; de forma que Portugal seja o principal entreposto dos géneros coloniais;
- 2.º) Dar preferência no Brasil ao consumo dos vinhos, sal e manufacturas de Portugal... devendo considerar-se os países como se fossem unidos em território...»<sup>18</sup>.

Enfim, já que a inviabilidade de manter as colónias era uma realidade à qual «desgraçadamente» se tornava necessário resignar-se, Acúrsio das Neves, num último alento de colonizador irreversível, justifica-se perante si, que não perante os liberais, tentando achar mesmo nessa independência benefícios que a sua economia liberalista necessitava para se tornar possível.

Convicto na ideologia política absolutista, facciosamente liberal na sua economia e colonizador inverterado, Acúrsio das Neves sentiu, numa época onde as ideias se pagavam com perseguições alternadas, a necessidade de se refugiar do liberalismo político então em perspectivas de concretização para que pudesse sobreviver às

---

<sup>17</sup> *Memória sobre os meios... Obra citada, pág. 84.*

<sup>18</sup> *Idem. Ibidem, págs. 84-85.*



intempéries dum regime que, porque demorado a definir-se, ainda lhe deu ouvidos não só aceitando a sua bibliografia, como possibilitando-lhe a publicação na «Impressão Régia». Mas, porque a história é o melhor tribunal de qualquer pessoa, ei-lo que teve de morrer refugiado desse liberalismo do qual economicamente se disse defensor mas do qual no campo ideológico foi um dos seus agressores.

